

das operações de combate aos incêndios florestais. Essa ajuda tem sido muito importante para combater um flagelo que tem vindo a afectar, em especial, os países da bacia mediterrânica.

Em Portugal, a Medalha de Mérito de Protecção e Socorro destina-se a distinguir as pessoas, singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que se destacam pela sua actuação na área da protecção e socorro, defendendo pessoas e bens em caso de acidente grave ou catástrofe. O Grau Ouro é o mais elevado numa escala de três e o Distintivo Laranja distingue os actos de prestimosa colaboração com as autoridades na direcção e coordenação dos recursos afectos a acções de protecção e socorro.

Assim, no âmbito da comemoração do Dia da Protecção Civil, e no uso das competências que me são conferidas pelo n.º 1 do artigo 4.º, do Anexo I da Portaria n.º 960-A/2006 (2.ª série), de 14 de Junho, determino a concessão da Medalha de Mérito de Protecção e Socorro, no Grau Ouro e Distintivo Laranja à Direcção-Geral de Protecção Civil e Emergências do Reino de Espanha, manifestando o apreço e o reconhecimento públicos do Estado Português pela sua actuação no domínio da protecção e socorro.

25 de Fevereiro de 2008. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 7419/2008

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para prestar assessoria ao meu gabinete, nas áreas da sua especialidade, o licenciado Nuno Maria Telles Moniz Côrte-Real.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

3 — É atribuído ao nomeado o estatuto remuneratório de adjunto, incluindo demais regalias inerentes ao exercício de tal cargo.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2008.

19 de Fevereiro de 2008. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Rui José Simões Bayão de Sá Gomes*.

Despacho n.º 7420/2008

1 — Nos termos conjugados do preceituado no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 4.º e 6.º, todos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de adjunta do meu gabinete a Licenciada em Direito, Dulce Alexandra Tavares Afilhado do Nascimento.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2008.

27 de Fevereiro de 2008. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Rui José Simões Bayão de Sá Gomes*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 7421/2008

Por meu despacho de 12 de Junho de 2007, autorizei a abertura do procedimento concursal para recrutamento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços de Assuntos Jurídicos e de Contencioso, cargo esse constante da alínea c) do artigo 1.º e artigo 4.º, ambos da Portaria n.º 339/2007, de 30 de Março de 2007.

Nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a oferta de emprego foi publicitada através do Aviso n.º 751/2008, publicado no D.R. — I 1.ª série n.º 6, de 9 de Janeiro de 2008, no jornal diário “Diário de Notícias” de 15 de Janeiro de 2008 e na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o código de oferta: OE200801/0354, em 16 de Janeiro de 2008.

O júri, com os fundamentos constantes do procedimento e considerando os muito bons conhecimentos demonstrados e experiência profissional apropriados ao exercício do cargo em apreço, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho, deliberou propor a nomeação do candidato licenciado Francisco José Garrett Gil Pinheiro, para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços de Assuntos Jurídicos e de Contencioso.

Nestes termos, atento o disposto nos n.ºs 8 e 9, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Director de Serviços de Assuntos Jurídicos e de Contencioso, o licenciado Francisco José Garrett Gil Pinheiro, Consultor Jurídico Assessor Principal, da carreira de Consultor Jurídico, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da ex-Auditoria Jurídica do Ministério da Administração Interna.

26 de Fevereiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Curriculum vitae

I — Dados pessoais e profissionais:

Francisco José Garrett Gil Pinheiro;
Consultor Jurídico Assessor Principal do quadro da Auditoria Jurídica do Ministério da Administração Interna;

Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 22 de Dezembro de 2006 (DR, 2.ª série, n.º 7, de 10/01/07), foi nomeado Coordenador da Auditoria Jurídica do MAI;

Director de Serviços de Assuntos Jurídicos e de Contencioso, em regime de substituição.

II — Habilitações:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1977;

Curso de Direito de Família (pós-graduação).

III — Formação profissional complementar:

“O Código do Procedimento Administrativo” — 2.6.92 a 5.6.92 — Secretária-Geral do MAI;

“O Contencioso Comunitário” — 15.10.90 a 19.10.90 — INA;

“Curso de Microinformática” — 20.9.93 a 24.9.93 — Secretaria Geral do MAI;

“O Tribunal de 1.ª Instância das Comunidades Europeias”- (Colóquio 30.10.90 a 31-10.90);

Regime Jurídico de Duração e Horário de Trabalho na Função Pública;

“O Código do Procedimento Administrativo” — 19.11.2001 a 30.11.2001;

Curso sobre “Assinaturas Electrónicas” — Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, iniciado em 03.04.2003;

Seminário sobre a Nova Reforma dos Tribunais Administrativos e Fiscais — Universidade Católica, 2003;

Ação de Formação no ITIJ sobre “Bases de Dados Jurídicos”, 2005;

VIII Seminário de Justiça Administrativa, 2006;

IX Seminário de Justiça Administrativa, 2007;

Seminário sobre «O Novo Código dos Contratos Públicos», 2008.

IV — Cargos e funções:

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Regional e Local, de Fevereiro a Agosto de 1978;

Colaborador da Fundação Antero de Quental (Centro de Estudos Municipais e Acção Regional), onde participou nos trabalhos preparatórios de revisão da Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro;

Nomeado pela Comissão Nacional de Eleições para integrar a mesa de apuramento geral, na qualidade de jurista nas eleições legislativas de 1980;

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Desportos, de Junho de 1983 a Julho de 1985;

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Desportos, de Outubro de 1995 a Setembro de 1999;

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional, de Setembro de 2000, a Julho de 2001.

Despacho n.º 7422/2008

Por meu despacho de 28 de Fevereiro de 2008:

Pedro Manuel Cruz Gonçalves e Luís Filipe Amaral Fernandes, técnicos de informática grau 2, nível 1, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna — transitam, após procedimento interno de selecção, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, para técnico de informática grau 2, nível 2.

28 de Fevereiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.